

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2022 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação está sendo realizada de forma voluntária, foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidade relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 415 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

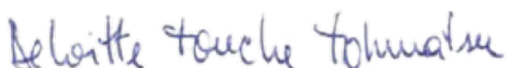
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

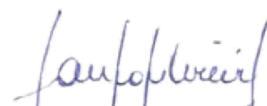
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 25 de maio de 2023



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" BA



Paulo Ferreira Silveira
Contador
CRC nº 1 BA 028799/O-3

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Balço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/22	31/12/21	PASSIVOS E PATRIMONIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/22	31/12/21
ATIVOS CIRCULANTES				PASSIVOS CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	5	39.077	69.173	Fornecedores e contas a pagar	11	18.760	15.916
Contas a receber	6	27.030	30.898	Impostos a recolher		40.543	19.815
Estoque		4.200	2.753	Financiamento	12	27.768	35.101
Impostos a recuperar	7	12.396	2.518	Obrigações trabalhistas	13	9.449	11.211
Partes relacionadas	14	28.729	8.633	Repasse para terceiros		824	636
Adiantamentos diversos		4.150	5.959	Partes relacionadas	14	19.936	16.284
Despesas antecipadas	8	2.896	4.530	Adiantamento de clientes		4.892	11.461
Total dos ativos circulantes		<u>118.478</u>	<u>124.464</u>	Provisão para manutenção técnica	15	2.470	3.792
				Outras contas a pagar		<u>13.304</u>	<u>12.415</u>
				Total dos passivos circulantes		<u>137.946</u>	<u>126.631</u>
ATIVOS NÃO CIRCULANTES				PASSIVOS NÃO CIRCULANTES			
Impostos diferidos	23	-	5.893	Financiamento	12	445.629	459.859
Depósito judicial		11.298	11.207	Impostos diferidos	23	42.600	-
Fundo restrito	12 (iv)	24.421	22.251	Provisão para manutenção técnica	15	16.436	10.809
Imobilizado	9	874	536	Outorga da concessão a pagar	16	2.934	227.303
Intangível	10	1.804.875	1.817.650	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	17	4.919	2.536
Total dos ativos não circulantes		<u>1.841.468</u>	<u>1.857.537</u>	Total dos passivos não circulantes		<u>512.518</u>	<u>700.507</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	18.1	1.146.605	1.146.605
				Reserva de capital	18.2	(14.655)	(14.655)
				Reserva de lucros	18.3	153.184	13.565
				Dividendos adicionais propostos	18.4	24.348	9.348
				Total do patrimônio líquido		<u>1.309.482</u>	<u>1.154.863</u>
TOTAL DOS ATIVOS		<u>1.959.946</u>	<u>1.982.001</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.959.946</u>	<u>1.982.001</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstração do resultado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/22</u>	<u>31/12/21</u>
RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Receita líquida operacional	19 (a)	212.504	149.770
Receita de construção	19 (b)	14.144	14.863
		<u>226.648</u>	<u>164.633</u>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS			
Custo operacional	20 (a)	(139.875)	(120.258)
Custo de construção	20 (b)	(14.144)	(14.863)
LUCRO BRUTO		<u>72.629</u>	<u>29.512</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas gerais e administrativas	21	(27.230)	(20.266)
Despesas com vendas	21	(2.791)	(2.520)
Outras receitas (despesas) operacionais	21.1	239.074	91.400
		<u>209.053</u>	<u>68.614</u>
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		281.682	98.126
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	22	17.028	10.168
Despesas financeiras	22	(76.259)	(97.515)
		<u>(59.231)</u>	<u>(87.347)</u>
LUCRO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		222.451	10.779
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	23	(29.827)	(10.979)
Diferidos	23	(48.493)	853
Incentivo fiscal SUDENE	23	11.851	2.322
		<u>(66.469)</u>	<u>(7.804)</u>
LUCRO DO EXERCÍCIO		<u>155.982</u>	<u>2.975</u>
Prejuízo por ação básico e diluído (em Reais - R\$)	26	<u>0,1360</u>	<u>0,0026</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstração do resultado abrangente
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro do exercício	<u>155.982</u>	<u>2.975</u>
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>155.982</u></u>	<u><u>2.975</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital		Reserva de lucro			Dividendos adicionais propostos	Lucro acumulado	Patrimônio líquido
			Custo na emissão de ações	Transações de capital	Reserva legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de retenção de lucros			
SALDO EM 1 DE JANEIRO DE 2021		<u>1.146.605</u>	<u>(3.804)</u>	<u>(10.851)</u>	<u>998</u>	<u>10.096</u>	<u>-</u>	<u>8.874</u>	<u>-</u>	<u>1.151.918</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	2.975	2.975
Destinação do lucro do exercício:										
Constituição de reserva legal	18.3.1	-	-	-	149	-	-	-	(149)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	18.3.2 e 23	-	-	-	-	2.322	-	-	(2.322)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	-	-	(30)	(30)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	474	(474)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>1.146.605</u>	<u>(3.804)</u>	<u>(10.851)</u>	<u>1.147</u>	<u>12.418</u>	<u>-</u>	<u>9.348</u>	<u>-</u>	<u>1.154.863</u>
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	-	155.982	155.982
Destinação do lucro do exercício:										
Constituição de reserva legal	18.3.1	-	-	-	7.799	-	-	-	(7.799)	-
Constituição de reserva de incentivos fiscais	18.3.2 e 23	-	-	-	-	11.851	-	-	(11.851)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	18.4	-	-	-	-	-	-	-	(1.363)	(1.363)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	-	-	15.000	(15.000)	-
Constituição de reserva de retenção de lucros		-	-	-	-	-	119.969	-	(119.969)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022		<u>1.146.605</u>	<u>(3.804)</u>	<u>(10.851)</u>	<u>8.946</u>	<u>24.269</u>	<u>119.969</u>	<u>24.348</u>	<u>-</u>	<u>1.309.482</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/22	31/12/21
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do exercício		155.982	2.975
Ajustes para conciliar o caixa gerado (consumido) pelas atividades operacionais			
Impostos sobre o lucro correntes e diferidos	23	48.493	(853)
Depreciação e amortização	20	28.803	19.967
Encargos sobre outorga da concessão a pagar	22	33.336	32.872
Provisão para manutenção técnica	20	4.305	3.842
Juros e variações monetárias, líquidas		33.243	57.283
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	6 e 21	2.569	2.370
Provisão para outorga variável	16	12.207	8.653
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis		1.252	(2.934)
Amortização do custo de captação	12(iii)	478	462
Reequilíbrio econômico-financeiro	16	(98.983)	(94.392)
Ganho na antecipação de outorga	16 e 21.1	(154.957)	-
Variação dos ativos e passivos			
Contas a receber		1.299	(18.735)
Estoque		(1.447)	(1.957)
Impostos a recuperar		(9.878)	502
Despesas antecipadas		1.634	(79)
Adiantamentos diversos		1.809	(5.561)
Deposito judicial		(91)	(7.366)
Fornecedores e contas a pagar		2.844	8.465
Obrigações trabalhistas		1.679	(2.821)
Impostos a recolher		19.460	(4.748)
Repasses para terceiros		188	(375)
Partes relacionadas		(17.807)	(17.663)
Outorga variável		-	320
Outorga da concessão a pagar		(15.972)	61.520
Outras contas a pagar		889	(9.208)
Adiantamento de clientes		(6.569)	(11.231)
Caixa gerado pelas operações		44.766	21.308
Juros pagos	12(iii)	(42.267)	(55.989)
Impostos sobre o lucro pago		(1.042)	(13.874)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		1.467	(48.555)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição do imobilizado	9	(402)	(861)
Adições ao intangível	10(ii)	(15.964)	(15.535)
Fundo restrito		-	343
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(16.366)	(16.053)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de financiamento	12(iii)	(15.187)	(12.367)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(15.187)	(12.367)
REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
No início do exercício	5	69.173	146.148
No fim do exercício	5	39.077	69.173
REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(30.096)	(76.975)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A.

Demonstração do valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	31/12/22	31/12/21
RECEITAS			
Receita bruta de serviços prestados	19	244.143	173.833
Receita de construção	19	14.144	14.863
Outras receitas (despesas) operacionais	21.1	240.326	88.466
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custos de construção		(14.144)	(14.863)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(98.747)	(73.809)
VALOR ADICIONADO BRUTO		385.722	188.490
Depreciação e amortização	20	(28.803)	(19.967)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA		356.919	168.523
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	22	17.028	10.168
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		373.947	178.691
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Remuneração direta		23.981	24.896
Benefícios		8.726	6.306
FGTS		2.306	1.509
Impostos, taxas e contribuições:			
Federais		93.251	30.450
Estaduais		427	263
Municipais		12.214	14.112
Remuneração de capitais de terceiros:			
Encargos sobre outorga	22	33.336	32.872
Juros	22	35.413	57.283
Aluguéis		766	439
Outros		7.545	7.586
Remuneração de capitais próprios:			
Lucro retido		154.619	2.945
Dividendos		1.363	30
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		373.947	178.691

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto de Salvador S.A. (“CASSA” ou “Companhia”) foi constituída em 12 de junho de 2017 e tem por objeto social exclusivo a exploração, sob o regime de concessão do Aeroporto de Salvador – anteriormente denominado Aeroporto Deputado Luís Eduardo Magalhães (“Aeroporto de Salvador”), a prestação dos serviços de execução, gestão e fiscalização dos serviços necessários à ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto de Salvador.

1.1. Contrato de concessão

Em 28 de julho de 2017, a Companhia e a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC” ou “Poder Concedente”) assinaram o contrato de concessão do Aeroporto de Salvador, decorrente do Edital de concessão nº 01/2016, com o período correspondente a 30 anos extensível por mais 5 anos.

Integram a concessão os bens necessários para a prestação do serviço de exploração aeroportuária disponibilizados pelo poder público e incorporados pela Companhia. Os investimentos em obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, não são passíveis de reembolso. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados a infraestrutura do complexo aeroportuário.

Adicionalmente, a Companhia pagará ao poder concedente contribuição variável no percentual de 5% sobre a receita bruta (não incidente sobre a receita de construção reconhecida como efeito da *Interpretação Técnica – Contratos de Concessão - ICPC 01(R1)*).

Como parte das atividades de concessão, a Companhia será remunerada pelas receitas tarifárias de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia e receitas não tarifárias à exploração de atividades econômicas que envolvam a utilização de espaços no complexo aeroportuário.

A Companhia não presta serviços auxiliares ao transporte aéreo que não sejam remunerados por meio de receita tarifária.

1.2. Reequilíbrios econômico-financeiros (REF)

Após a decisão da Organização Mundial da Saúde (“OMS”) de qualificar, em 11 de março de 2020, o surto da Doença Infecciosa COVID-19, como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – ESPII (o mais alto nível de alerta da OMS, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional) e do entendimento da AGU, com o Parecer nº261/2020/CONJURMINFRA/CGU/AGU, que classificou a pandemia como evento de força maior, ficou garantido o direito ao Equilíbrio Econômico-Financeiro, previsto na Seção III Capítulo IV do Contrato de Concessão, à Concessionária.

Por meio das decisões 492 de 16 de dezembro de 2021 e 543 de 29 de junho de 2022, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão por meio do reequilíbrio econômico-financeiro no valor de R\$ 97.462, composto de R\$ 96.178 relativo ao reequilíbrio de 2021 e R\$ 1.275 relativo a saldo residual do reequilíbrio de 2020. O total do reequilíbrio foi reconhecido no resultado do exercício no montante de R\$ 88.447, líquido de impostos, vide nota explicativa 21.1.

Por meio da decisão 570 de 16 de novembro de 2022, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão por meio do reequilíbrio econômico-financeiro do exercício de 2022 no valor de R\$ 95.826. No entanto, após essa decisão, a Companhia atualizou suas projeções com números realizados até 31 de dezembro de 2022 e recalculou o reequilíbrio para R\$ 94.070 (nota 16), o qual foi reconhecido, líquido de impostos, no resultado do exercício no montante de R\$ 85.369, vide nota explicativa 21.1. Abaixo detalhamos as devidas compensações:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Reequilíbrio	94.070	97.462
Efeito encargos - reequilíbrio (Nota 22)	4.685	5.069
Total do reequilíbrio	<u>98.755</u>	<u>102.531</u>
Compensação com outorga fixa (Nota 16.ii)	86.776	94.392
Compensação com outorga variável (Nota 16.iii)	12.207	8.653
Subtotal (Nota 16.ii)	<u>98.983</u>	<u>103.045</u>
Outros (*)	(228)	(514)
Total compensado	<u>98.755</u>	<u>102.531</u>

(*) Refere-se substancialmente a saldos residuais de outros reequilíbrios.

Os valores do reequilíbrio foram utilizados para compensação da outorga fixa e variável nos exercícios de 2022 e de 2021. Vide nota explicativa 16 (iii).

1.3. Pagamento antecipado das Contribuições Fixas 2028-2047

A Companhia optou pelo pagamento antecipado das outorgas fixas seguindo a Lei nº 14.174, de 17 de junho de 2021 e da Portaria do Ministério de Infraestrutura nº 455 de 21 de abril de 2022 os quais permitiram o desconto dos valores vincendos pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal (8,5%) acrescida de um bônus de 5%. O ganho com o reequilíbrio monta R\$ 154.957 (vide notas 21.1 e 16.ii).

Além disso também foi pago o montante de R\$15.972 em recursos financeiros (vide nota 16.ii) e redirecionado os reequilíbrios de 2020 e de 2021 no montante de R\$ 224.000, conforme ofício do Ministério da Infraestrutura 580/2022/GAB – SFPP/SFPP.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e com as normas internacionais de relatório financeiro (“*International Financial Reporting Standards - IFRS*”), emitidas pelo “*International Accounting Standards Board - IASB*”.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão evidenciadas e correspondem às práticas utilizadas na sua gestão.

Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor dos ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas a seguir.

3.1. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.1.1. Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os ativos financeiros mantidos pela Companhia, quando aplicável são classificados sob as seguintes categorias: (a) ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado; (b) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado; e (c) ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. A classificação depende da natureza e finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados.

3.1.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” - os quais não são aplicáveis à Companhia, “Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado” ou “Outros passivos financeiros”.

Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo Outorga da Concessão a pagar, fornecedores e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, acrescidos de multa por inadimplências.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.2. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Estes saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

3.3. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que a renda estiver relacionada com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente; nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los na apuração tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentados em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data de divulgação das demonstrações financeiras.

Benefício fiscal

A provisão para imposto de renda e contribuição social é individualmente calculada pela Companhia com base nas alíquotas vigentes ao final do exercício, considerando-se os benefícios fiscais concedidos pela SUDENE. A parcela de redução do imposto de renda correspondente a incentivos fiscais é reconhecida no resultado, mas transferida da conta lucros acumulados para reserva de lucros no encerramento do exercício por não poder ser distribuída aos acionistas.

3.4. Outros ativos

Os demais ativos são apresentados pelo valor de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Quando necessária, é constituída provisão para redução aos seus valores de recuperação.

3.5. Ativos intangíveis

(i) Infraestrutura

Nos termos do contrato de concessão e dentro do alcance da Interpretação Técnica - ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, a Companhia atua como prestadora de serviços, construindo ou melhorando a infraestrutura usada para prestar um serviço público, bem como operando e mantendo essa infraestrutura durante determinado prazo. O contrato de concessão estabelecido entre a ANAC - Agência Nacional de Aviação Civil e a Companhia não determina nenhuma remuneração em ativos financeiros. Dessa forma, a remuneração se dará pela exploração da infraestrutura. O contrato estabelece também o pagamento pela Companhia ao poder concedente em ativos financeiros além da obrigação de ampliação da infraestrutura existente. As construções efetuadas durante o prazo de concessão serão entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço prestado, e a receita será subsequentemente gerada pelos serviços prestados aos usuários.

Para o reconhecimento do ativo intangível, de acordo com o OCPC 05 – item 38, nos contratos de concessão consideram-se bens vinculados à concessão aqueles construídos ou adquiridos pelo concessionário e efetivamente utilizados na prestação dos serviços públicos.

Para os bens não vinculados à concessão, o OCPC 05 – item 40, descreve que esses ativos devem ser classificados no ativo imobilizado e que sejam aplicados os critérios de avaliação do CPC 27 – Ativo Imobilizado.

(ii) Software

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os ativos e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável às taxas anuais mencionadas na Nota 10.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

(iii) Direito de outorga

O contrato de concessão obtido pela Companhia junto ao poder concedente se enquadra como um contrato de execução. Dessa forma, o gasto com o direito de outorga da concessão foi registrado a valor presente, sendo a amortização calculada pela curva de demanda ao longo do prazo da concessão.

3.6. Financiamento

Os financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação, é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço (Nota 12).

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.7. Outorga da concessão a pagar

Representa as obrigações a pagar ao Poder Concedente pelo direito de exploração do Aeroporto de Salvador que são registradas inicialmente a valor presente, amortizados pelas liquidações financeiras e estão registradas no passivo não circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento inferior a 12 meses após a data do balanço.

As despesas financeiras provenientes da atualização monetária são registradas no resultado do exercício, de acordo com a competência. O cálculo do valor presente foi efetuado considerando-se a taxa de juros real de 8,5% a.a., taxa equivalente de mercado estimada por juros compatíveis com a natureza, o prazo e os riscos relacionados ao ônus da outorga, não tendo vinculação com a expectativa de retorno da concessão.

3.8. Provisão para manutenção técnica

A Concessionária possui a prática de efetuar grandes paradas de manutenção técnica, em intervalos regulares durante a vida útil econômica do bem. Essas manutenções são efetuadas para restaurar ou manter os padrões originais de desempenho técnicos previstos. Para tal, é necessária a realização de programas de manutenção pesada, cujos custos estimados pela Companhia são provisionados em bases mensais, para refletir o total das despesas e dos gastos a incorrer no período planejado da manutenção. Vide Nota explicativa nº 15.

3.9. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos

à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com

segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 17.

3.10. Reconhecimento de receita

(i) Receitas de serviços prestados

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Receita de serviços tarifários são reconhecidas quando há a efetiva utilização dos serviços, dos equipamentos, das instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contemplam as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas de serviços não tarifários contemplam a exploração de atividades econômicas no aeroporto de cessão de espaços, estacionamentos e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do sítio aeroportuário. Estas receitas não são regidas por nenhuma regra estabelecida pelo poder concedente, são negociadas livremente entre as partes contratadas e registradas mediante a evidência dos serviços prestados.

(ii) Receita de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o IFRS 15 - Contratos de Construção. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços de construção, quando incorridos.

A administração entende, baseado em cálculos suporte, que a margem de supervisão das obras é imaterial para fins de mensuração. Logo, receita de construção é reconhecida sobre os custos incorridos atribuíveis ao contrato de concessão, com margem próxima a 0%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 a receita e custo de construção representam o montante de R\$ 16.226 (R\$ 14.863 em 2021).

3.11. Lucro por ação básico

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Como não há fatores diluidores, o lucro por ação básico e diluído são iguais.

3.12. Demonstração do Valor Adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pelo órgão regulador, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs nem pelas práticas contábeis adotadas no Brasil.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.13. Mudanças das práticas contábeis e divulgações

Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

A Companhia avaliou os impactos nas divulgações das demonstrações financeiras referentes às IFRSs novas e revisadas, conforme segue:

Norma	Descrição da alteração	Vigência
IAS 37 / CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16/ CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

As alterações em Pronunciamentos que entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Alterações em pronunciamentos contábeis com vigência a partir de 2023

<u>Norma</u>	<u>Descrição da alteração</u>	<u>Vigência</u>
IAS 1/ CPC 26: Apresentação das Demonstrações Financeiras	As emendas estabelecem requerimentos para classificação e divulgação de um passivo com cláusulas de covenants como circulante ou não circulante.	01/01/2024, aplicação retrospectiva.

Em relação aos normativos acima ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3.14. Impairment de ativos não financeiros

As revisões de impairment de ativos não financeiros são realizadas anualmente ou se se houver indícios de que o ativo possa ter sofrido desvalorização.

Uma perda por impairment é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, que representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não foram identificadas pela administração da Companhia evidências objetivas que justifiquem o registro de perdas de impairment.

4. PRINCIPAIS JULGAMENTOS CONTÁBEIS E FONTES DE INCERTEZAS NAS ESTIMATIVAS APRESENTADAS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As demonstrações financeiras da Companhia são revistas de maneira contínua, e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 incluem, portanto, estimativas que possuem risco de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício, principalmente quanto à determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas pelo método curva de demanda de passageiros, equivalente ao longo do prazo da concessão, e a projeção para reconhecimento e realização de imposto de renda e contribuição social diferidos e outras similares que, não obstante refletirem a melhor precisão possível, podem apresentar variações em relação aos resultados reais.

Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

(a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia reconhece imposto de renda e contribuição social diferidos ativos com base nas projeções dos lucros tributáveis futuros. Na determinação desses montantes foram utilizadas as alíquotas previstas para recuperação ou liquidação desses valores.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, prejuízo fiscal e base negativa, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas (Nota 23).

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo será ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

(b) Provisão para manutenção técnica

As provisões para manutenções técnicas representam os gastos estimados para manter as superfícies pavimentadas do aeroporto nos níveis mínimos de qualidade, conforme critérios estabelecidos no contrato de concessão. Os valores são reconhecidos proporcionalmente à medida da passagem do tempo e foram levantados com base em estudos técnicos realizados internamente, de modo a refletir a melhor estimativa dos gastos que serão incorridos.

(c) Cálculo da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa (“PECLD”)

Ao mensurar a PECLD a companhia usa informações sobre o futuro razoáveis e suportáveis, que se baseiam nas premissas para a movimentação futura de fatores econômicos diferentes e como esses fatores irão afetar uns aos outros.

A inadimplência é uma estimativa da perda resultante da falta de pagamento dos clientes das faturas registradas no contas a receber. Ela se baseia na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e aqueles que o credor espera receber, levando em consideração os fluxos de caixa de garantias e as melhorias de crédito totais.

A probabilidade de inadimplência é um dado importante para a mensuração da PECLD e representa uma estimativa da perda durante um período específico, cujo cálculo inclui dados históricos, premissas e expectativas de condições futuras, baseados ou negociações atuais.

(d) Determinação da amortização dos ativos intangíveis

A Companhia reconhece a amortização dos ativos intangíveis relativos à concessão no resultado do exercício de acordo com a curva de demanda de passageiros, respeitando os limites impostos pela vida útil inferior ao prazo de concessão, amortizados pelo método linear de acordo com a respectiva taxa de amortização, e de forma prospectiva, com base no prazo remanescente da concessão. O reconhecimento do valor justo do ativo intangível decorrente dos contratos de concessão está sujeito a premissas e estimativas, e o uso de diferentes estimativas pode afetar os registros contábeis. A estimativa de vida útil do ativo intangível também requer um significativo nível de premissas e estimativas (definição da curva de tráfego). O uso de diferentes premissas e estimativas, e mudanças futuras podem afetar a vida útil dos ativos intangíveis e podem ter um impacto relevante no resultado das operações.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

31/12/2022

31/12/2021

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Fundo fixo	29	28
Bancos conta movimento	6.351	7.264
Aplicação financeira	32.697	61.881
	<u>39.077</u>	<u>69.173</u>

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as aplicações financeiras são de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB e fundos de investimentos remunerados a taxas que variam entre 95% até 102% dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI para o exercício de 2021 e de 2022.

6. CONTAS A RECEBER

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contas a receber – Concessão	41.235	42.534
(-) Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa	<u>(14.205)</u>	<u>(11.636)</u>
	27.030	30.898

(a) Movimentação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	(11.636)	(9.266)
Adições	(2.569)	(2.370)
Saldo no final do exercício	<u>(14.205)</u>	<u>(11.636)</u>

A Companhia sempre mensura a perda estimada em créditos de liquidação duvidosa de contas a receber de clientes em um valor equivalente à PCE (Perdas de créditos esperadas). As perdas de crédito esperadas sobre contas a receber de clientes são estimadas usando uma matriz de provisão com base na experiência de inadimplência passada do devedor e em uma análise da provisão financeira atual do devedor, ajustadas com base em fatores específicos aos devedores, condições econômicas gerais do setor no qual os devedores operam e uma avaliação do curso atual e projetado das condições na data de relatório. A Companhia constituiu perda estimada em créditos de liquidação duvidosa para a maior parte do contas a receber vencidas há mais de 90 dias e com base nas avaliações caso a caso de cada cliente.

(b) Composição por idade de vencimento (em dias)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
A vencer	24.369	26.008
< 30	2.971	3.970
31 - 60	1.400	1.237
61 - 90	981	1.632
91 - 120	85	360
> 120	<u>11.429</u>	<u>9.327</u>
	41.235	42.534

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
IRRF sobre aplicações financeiras	166	-
IRPJ e CSLL	10.557	1.310
Crédito de PIS e COFINS	701	265
Outros créditos tributários	972	943
	<u>12.396</u>	<u>2.518</u>

8. DESPESAS ANTECIPADAS

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 2.896 (R\$ 4.530 em 2021), da rubrica despesas antecipadas, representa os gastos com seguros, os quais serão apropriados pelo prazo de cobertura dos Contratos.

9. IMOBILIZADO

A composição e movimentação do imobilizado está representada a seguir:

(i) Composição do imobilizado:

		<u>31/12/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10%	17	(6)	11	14
Máquinas e equipamentos	10%	1.037	(174)	863	522
		<u>1.054</u>	<u>(180)</u>	<u>874</u>	<u>536</u>

(ii) Movimentação do imobilizado

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	536	779
(+) Adição	402	861
(-) Baixa	-	(836)
(-) Depreciação	(64)	(59)
(-) Transferência para intangível (nota 10.ii)	-	(1.187)
Saldo no final do exercício	<u>874</u>	<u>536</u>

10. INTANGÍVEL

A composição e movimentação do intangível está representada a seguir:

(i) Composição do intangível

				31/12/2022	31/12/2021
	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Líquido
Direito de concessão	(*)	1.848.175	(121.177)	1.726.998	1.753.854
Software	20	8.106	(2.887)	5.219	5.155
Intangível em formação	-	72.658	-	72.658	58.641
		1.928.939	(124.064)	1.804.875	1.817.650

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão foi reconhecida na rubrica de custos dos serviços prestados, considerando o prazo de concessão através do método da curva de tráfego ou método linear conforme a vida útil econômica do bem. Os itens referentes ao contrato de concessão são investimento para concessão (reforma e ampliação) e outorga. A média ponderada esperada para amortização dos ativos referentes ao contrato de concessão para o exercício de 2022 é de 1,5541% a.a. A adoção da amortização pela curva de tráfego ocorrida em 2019 foi prospectiva, conforme pronunciamento técnico CPC 23.

(ii) Movimentação do intangível

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do exercício	1.817.650	1.820.968
(+) Adição ao intangível em formação	14.144	15.535
(+) Adição ao direto de exploração da infraestrutura	1.820	-
(-) Baixa	-	(132)
(-) Transferência do imobilizado (nota 9.ii)	-	1.187
(-) Amortização	(28.739)	(19.908)
Saldo no final do exercício	1.804.875	1.817.650

(iii) Redução do valor recuperável dos ativos (Impairment)

Em atendimento ao CPC 01 / IAS 36, para bens com vida útil definida é necessário realizar o teste de impairment uma vez que indícios forem identificados. Em 31 de dezembro de 2022 não foram identificados indícios de impairment para que o teste fosse realizado.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

11. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Fornecedores diversos	10.932	13.474
Outras contas a pagar	<u>7.828</u>	<u>2.442</u>
	18.760	15.916

12. FINANCIAMENTO

(i) Composição

	Moeda	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Banco do Nordeste ("BNB")	R\$	481.261	503.302
Custo de captação	R\$	<u>(7.864)</u>	<u>(8.342)</u>
		473.397	494.960
(-) Circulante		27.768	35.101
Não circulante		445.629	459.859

Em 13 de junho de 2018, foi firmado um contrato de financiamento junto ao Banco do Nordeste do Brasil ("BNB") no valor de R\$516.718. O prazo de financiamento é de 240 meses, com carência de 36 meses, contados a partir da data da assinatura do contrato. Os encargos financeiros são com base na TFC – Taxa de Juros dos Fundos Constitucionais, apurados mensalmente juntamente do principal. O bônus de adimplência é de 15% da taxa de juros anual.

O contrato de financiamento com o BNB detinha como garantia fidejussória fianças bancárias prestadas por instituições financeiras ("Fiadores") e fundo de reserva. Em favor dos Fiadores foram oferecidas em garantia as ações do projeto e os direitos creditórios da concessão, além do compromisso de integralização de capital, já constante em contrato de concessão.

Em 27 de setembro de 2022, foram atendidos todos os requerimentos para a realização da baixa das fianças bancárias as quais foram baixadas e foi assinado o quarto aditivo do contrato com o BNB contendo as seguintes garantias:

- 1) Cessão fiduciária de direitos creditórios;
- 2) Cessão fiduciária de direitos emergentes da Concessão;
- 3) Penhor de ações dos acionistas da Companhia.

Além disso o quarto aditivo também requer cumprimento de índices financeiros - *covenants* abaixo detalhado os quais, se não cumpridos resultará na obrigação adicional de elevar o fundo de liquidez em conta reserva em valor equivalente a 1 (uma) parcela da dívida:

- a) O comprometimento da capacidade de pagamento que reflete o somatório das parcelas de amortização de principal sobre o lucro líquido considerando determinados ajustes contratuais. Esse *covenant* é apurado anualmente.
- b) Comprovação do atingimento do fluxo mensal mínimo de recebíveis de R\$ 13.773, sendo este o valor médio de créditos na conta centralizadora mantida provenientes das receitas

tarifárias e não tarifárias. Esse *covenant* será apurado semestralmente considerando o fluxo médio da movimentação (créditos) na conta centralizadora mantida dos seis meses anteriores à apuração.

Entre as principais obrigações não-financeiras estão: sofrer protestos da dívida acima da ordem R\$10.000; suspender as atividades operacionais por mais de 90 (noventa) dias; não cumprir com o reforço das garantias dos créditos em até 30 (trinta) dias após notificação do BNB; pedir recuperação judicial ou decretar falência; realizar alterações no controle acionário sem expressa anuência do BNB Exceto se a Vinci Airports mantiver o controle direto ou indireto da Companhia.

A Companhia possui todas as obrigações relacionadas aos contratos de dívida (*covenants*) atendidas em 31 de dezembro de 2022.

(ii) Prazo de vencimento

	<u>31/12/2022</u>
2023	29.395
2024	17.338
2025	18.659
2026	20.672
2027	23.156
2028 até 2038	<u>372.041</u>
	481.261

(iii) Movimentação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	494.960	505.571
(+) Despesas com juros (nota 22)	35.413	57.283
(-) Pagamento de principal	(15.187)	(12.367)
(-) Juros pagos	(42.267)	(55.989)
(+) Amortização do custo de transação	478	462
Saldo no final do exercício	<u>473.397</u>	<u>494.960</u>

(iv) Fundo restrito

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo da rubrica de Fundo restrito no montante de R\$ 24.421 sendo R\$ 21.885 de principal e R\$ 2.536 de juros (R\$ 22.251 em 2021), é mantido como garantia de pagamento do valor correspondente as três maiores parcelas do financiamento com o BNB. A aplicação é remunerada a uma taxa de aproximadamente 100% da Selic.

13. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	31/12/2022	31/12/2021
Funcionários Infraero (a)	-	3.441
Provisão de férias	3.404	2.027
Outras obrigações	6.045	5.743
	<u>9.449</u>	<u>11.211</u>

Refere-se a custos com reembolso de folha de pagamento dos funcionários da INFRAERO cedidos à CASSA nos três primeiros meses de operação, durante o período de transição (Estágio 3, Fase I A), conforme disposto no item 2.26.3 do contrato de concessão. Devido ao fato desses valores terem se tornado em objeto de litígio, a Companhia reclassificou esse valor para o grupo de provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

14. PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas são:

	31/12/2022			31/12/2021	
	Saldo Contábil		Transações	Saldo Contábil	
	Clientes	Fornecedores e Dividendos a pagar	Despesas	Clientes	Fornecedores
Vinci Airports SAS (i)	695	16.559	2.066	695	13.280
Concessionária dos Aeroportos da Amazônia (ii)	28.034	-	20.096	7.398	-
Vinci Concessions (iii)	-	3.167	167	-	3.000
Vinci Airports Brasil – Participações Ltda	-	153	-	-	3
Vinci Mobility	-	57	57	-	-
Total	<u>28.729</u>	<u>19.936</u>	<u>22.386</u>	<u>8.633</u>	<u>16.283</u>

- (i) Refere-se a reembolso de despesas incorridas pelo acionista VINCI Airports SAS, relativos à contratos de prestação de serviços técnicos e de administração, dividendos obrigatórios, licença de ativos intangíveis e reembolso de despesas.
- (ii) Refere-se a reembolso dos gastos de pessoal (*sharing cost agreement*) incorridos para a Concessionária Aeroportos da Amazônia.
- (iii) Refere-se a reembolso dos gastos relativos ao pagamento de ações do programa CASTOR.

Não foram dadas ou recebidas nenhuma garantia em relação aos valores aqui apresentados.

Os valores pagos ao pessoal-chave da administração à título de remuneração estão demonstrados nas notas explicativas 20 e 21.

15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO TÉCNICA

Em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 18.906 (R\$ 14.601 em 2021) da rubrica provisão para manutenção técnica representa os gastos previstos para realização de programas de manutenção pesada, referentes principalmente às pistas de pouso e decolagem, em intervalos regulares.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Circulante	2.470	3.792
Não circulante	<u>16.436</u>	<u>10.809</u>
	18.906	14.601

16. OUTORGA DA CONCESSÃO A PAGAR

Premissas do reequilíbrio

Para realização dos reequilíbrios econômico-financeiros, conforme previsto no Anexo 5 do contrato de concessão, foi projetado um fluxo de caixa marginal de forma que fosse nulo a valor presente, líquido dos efeitos do desequilíbrio ocasionados pela pandemia, considerando os fluxos dos dispêndios e receitas marginais resultantes da pandemia.

Para projeção dos dispêndios, foram considerados critérios históricos e de mercado para projetar custos e despesas.

Para as projeções das receitas, foi considerada a demanda real verificada nos anos anteriores e adoção das melhores práticas de mercado para projetar a demanda até o final de 2020, 2021 e 2022.

Como taxa de desconto para o fluxo de caixa marginal foi utilizado o WACC Regulatório de 8,5%, previsto em contrato para fins de reequilíbrio. Para o cálculo do passivo de outorga fixa a valor presente, foi utilizada a taxa de 8,5%, que reflete parâmetros de mercado para uma taxa de desconto em termos reais.

Por meio da decisão 570 de 16 de novembro de 2022, a Diretoria colegiada da ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão em razão dos prejuízos causados pela pandemia no ano de 2022, com o objetivo de recompor o seu reequilíbrio econômico-financeiro. O valor referente ao reequilíbrio verificado em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$ 94.070 (nota 1) este valor foi integralmente reconhecido no resultado deduzido de PIS e COFINS no valor de R\$ 8.701.

Antecipação da outorga fixa

O artigo 2º da lei 14.174 de 2021, estabelece a possibilidade do pagamento antecipado das contribuições fixas previstas nos contratos de infraestrutura aeroportuária federal, utilizando-se da taxa de desconto prevista em contrato, acrescida de 5 pontos percentuais além estabelecer que é aplicável apenas para a Concessionária que optar o pagamento mínimo de 50% do valor total das contribuições fixas remanescentes.

No dia 10 de outubro de 2022, a Concessionária do Aeroporto de Salvador solicitou enquadramento para a antecipação do pagamento das outorgas previstas no contrato de concessão, nos termos da lei citada acima, e em 16 de novembro de 2022, a Concessionária do Aeroporto de Salvador recebeu

através do Ofício 580/2022/GAB – SFPP/SFPP a anuência para a antecipação das contribuições fixas.

No dia 16 de dezembro de 2022, foi realizado o pagamento antecipado da contribuição fixa no montante de R\$ 15.972 e o saldo remanescente de R\$ 224.000 foi compensado com saldos adquiridos anteriormente por meio dos processos de reequilíbrio econômico-financeiro de 2020 e 2021.

(i) Outorga fixa

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Contribuição futura fixa	71	75.089
Encargos sobre outorga de concessão a pagar	<u>2.863</u>	<u>152.214</u>
	2.934	227.303

A outorga futura fixa apresenta um valor nominal de R\$ 3.449 tendo sido utilizado uma taxa real de desconto de 8,5 % a.a. para o cálculo do valor presente. Após as compensações e pagamentos realizados, o novo cronograma de pagamentos da outorga fixa será a partir do 10º ano de concessão (vide nota 1).

(ii) Mapa de movimentação

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldo no início do exercício	227.303	288.823
(+) Atualização de juros (Nota 22)	33.336	32.872
(+) Provisão para outorga variável	12.207	8.653
(-) Ganho na antecipação das parcelas (Nota 21.1)	(154.957)	-
(-) Compensação com reequilíbrio 2022 (Nota 1)	(98.983)	(103.045)
(-) Pagamento antecipação outorga fixa (Nota 1)	(15.972)	-
Saldo no final do exercício	<u><u>2.934</u></u>	<u><u>227.303</u></u>

(iii) Outorga variável

Com a inclusão da outorga variável no reequilíbrio econômico-financeiro aprovado pela ANAC, a outorga apurada em 2022 e 2021 nos valores de R\$ 12.207 e R\$ 8.653 foram compensadas, vide nota 1. Demonstramos abaixo a memória de cálculo da outorga variável conforme estabelece o contrato de concessão:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita bruta antes das deduções	244.143	173.833
Cancelamentos	<u>-</u>	<u>(780)</u>
	244.143	173.053
Percentual ¹	<u>5%</u>	<u>5%</u>
Contribuição variável	<u>12.207</u>	<u>8.653</u>

¹ Conforme contrato de concessão

17. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CIVEIS

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia é ré em ações de causa indenizatórias no valor de R\$ 4.919 (R\$ 2.536 em 2021) classificadas, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, como de perda provável, relacionadas a processos cíveis. Abaixo segue mapa de movimentação:

	<u>31/12/2022</u>
Saldo no início do exercício	2.536
(+) Adição (nota 21.1)	1.252
(-) Reclassificação para impostos a recolher	(2.310)
(+) Reclassificação obrigações trabalhistas (nota 13)	3.441
Saldo no final do exercício	<u><u>4.919</u></u>

A Companhia também tem ações de natureza trabalhista, cível e administrativa envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis no montante estimado de R\$ 5.508 (R\$ 1.431 em 2021).

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

18.1. Capital social

Em 12 de junho de 2017, a Companhia foi constituída mediante a emissão de 1.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, sendo 990 ações emitidas pela VINCI Airports SAS (“VINCI”) e 10 ações emitidas pela Vinci Airports Brasil - Participações Ltda. (“Participações”), no valor de R\$1,00 cada uma, totalmente subscritas e integralizadas pelos acionistas Vinci e Participações.

Em 2 de abril de 2020, foi aprovado aumento de capital na Companhia no valor de R\$ 21.657 mediante a emissão de 21.657.184 (vinte e um milhões seiscentos e cinquenta e sete mil cento e oitenta e quatro) novas ações ordinárias, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, fixado com base no valor patrimonial, totalmente subscritas e a integralizadas pelo acionista VINCI.

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social e o quadro acionário da Companhia estão representados a seguir:

Acionista	Participação	Ações nominais	Subscrito	à integralizar	<u>2022</u>	<u>2021</u>
					Capital – R\$	Capital – R\$
					Integralizado	Integralizado
Vinci Airports SAS	88,97%	1.024.113	1.024.113	1.373	1.022.740	1.022.740
Vinci Airports Brasil – Participações Ltda.	11,03%	126.931	126.931	3.065	123.865	123.865
	<u>100,00%</u>	<u>1.151.044</u>	<u>1.151.044</u>	<u>4.438</u>	<u>1.146.605</u>	<u>1.146.605</u>

18.2. Reserva de capital

18.2.1. Custos na emissão de ações

A Companhia registra todos os custos das operações com emissão de ações em rubrica específica. Esses valores referem-se a certos gastos diretamente ligados à operação de aumento de capital. O saldo dessa operação para 31 de dezembro de 2022 e de 2021 monta o valor de R\$ 3.804.

18.2.2. Reserva de capital - Transações de capital.

Refere-se a transações entre acionistas utilizadas para aumento de capital.

18.3. Reservas de lucros

18.3.1. Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social da Companhia, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício até atingir 20% do capital social. No exercício de 2022 a Companhia constituiu o montante de R\$ 7.799 (R\$ 149, em 2021) de reserva legal. A reserva tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente pode ser utilizada para compensar prejuízo ou aumentar o capital.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido do exercício	155.982	2.975
Percentual	5%	5%
Reserva legal	<u>7.799</u>	<u>149</u>

18.3.2. Reserva de incentivos fiscais

A companhia constituiu reserva de incentivo fiscal no montante de R\$ 11.851 (R\$ 2.322, em 2021) referente a fruição do regime de redução de 75% do IRPJ da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

18.4. Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Abaixo demonstramos o cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios.

	<u>31/12/2022</u>
Lucro líquido do exercício	155.982
Reserva legal	(7.799)
Reserva de incentivo fiscal	(11.851)
Base para dividendos mínimos obrigatórios	<u>136.332</u>
Percentual estatutário	1%
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>1.363</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os dividendos adicionais, no montante de R\$15.000, propostos pela Administração *ad referendum* da Assembleia dos Acionistas, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do pronunciamento técnico ICPC 08 (R1) - Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendo, e serão pagos em data a ser definida pelos acionistas em Assembleia Geral.

19. RECEITA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

(a) Receita líquida operacional

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita de embarque e conexão	109.004	79.985
Receita de pouso e permanência	30.171	24.838
Receita de armazenagem e capatazia	18.126	10.485
Receita de cessão de espaço	80.638	54.655
Outras receitas	6.204	3.870
	<u>244.143</u>	<u>173.833</u>
(-) Impostos sobre faturamento	(31.639)	(23.283)
(-) Devoluções e cancelamentos	-	(780)
Receita líquida operacional	<u><u>212.504</u></u>	<u><u>149.770</u></u>

(b) Receita de construção

Em 31 de dezembro de 2022, o montante referente a receita de construção foi de R\$ 14.144 (R\$14.863 em 31 de dezembro de 2021).

20. CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

(a) Custo operacional

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Custos com pessoal	(15.456)	(19.788)
Honorários da diretoria	(4.128)	(3.272)
Operações aeroportuárias	(35.067)	(26.890)
Depreciação e amortização (notas 9 e 10)	(28.803)	(19.967)
Material, equipamentos e veículos	(2.756)	(1.389)
Gastos gerais	(17.300)	(18.346)
Conservação e manutenção	(14.075)	(11.827)
Seguros e garantias	(5.778)	(6.284)
Provisão de manutenção técnica	(4.305)	(3.842)
Outorga variável (nota 16.iii)	(12.207)	(8.653)
	<u><u>(139.875)</u></u>	<u><u>(120.258)</u></u>

(b) Custo de construção

Os custos de obra de infraestrutura referem-se aos custos apurados e lançados, tomando-se por base as orientações contidas na Instrução Técnica ICPC 01 - Contratos de Concessão.

A Companhia reconheceu no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 14.144 (R\$14.863 em 31 de dezembro de 2021) como custo de construção.

21. DESPESAS OPERACIONAIS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Despesas gerais e administrativas</u>		
Despesas com pessoal	(20.606)	(12.112)
Honorários da diretoria	(1.550)	(1.370)
Comunicação, marketing e publicidade	(1.402)	(637)
Viagens	(1.072)	(665)
Consultoria e assessoria	(732)	(585)
Outros gastos gerais e administrativos	(1.868)	(4.897)
Total das despesas gerais e administrativas	<u>(27.230)</u>	<u>(20.265)</u>
<u>Despesas com vendas</u>		
Perda de crédito esperada (nota 6)	(2.569)	(2.370)
Outras despesas com vendas	(222)	(150)
Total das despesas com vendas	<u>(2.791)</u>	<u>(2.521)</u>
Total das despesas gerais, administrativas e de vendas	<u>(30.021)</u>	<u>(22.786)</u>

21.1. OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Receita de reequilíbrio econômico-financeiro (nota 1)	94.070	97.462
(-) PIS e COFINS sobre reequilíbrio	(8.701)	(9.015)
	85.369	88.447
Ganho na antecipação das outorgas (nota 16)	154.957	-
Outras receitas operacionais	-	19
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.252)	2.934
	<u>239.074</u>	<u>91.400</u>

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

22. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Receita financeira</u>		
Descontos obtidos	23	48
Rendimento de aplicação financeira	7.040	3.966
Juros recebidos	1.483	444
Outras receitas financeiras	3.797	641
Efeito encargos - reequilíbrio (notas 1.2 e 16)	4.685	5.069
Total da receita financeira	<u>17.028</u>	<u>10.168</u>
<u>Despesa financeira</u>		
Encargos sobre a outorga de concessão	(33.336)	(32.872)
Juros sobre financiamento (nota 12.ii)	(35.413)	(57.283)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(58)	(36)
Variação cambial passiva	(187)	(535)
Outras despesas financeiras	(7.265)	(6.789)
Total das despesas financeiras	<u>(76.259)</u>	<u>(97.515)</u>
Total do resultado financeiro	<u>(59.231)</u>	<u>(87.347)</u>

23. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(i) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui registrados impostos diferidos passivos líquidos no montante de R\$ 42.600 (R\$ 5.893 ativos em 31 de dezembro de 2021), calculados sobre diferenças temporárias, a alíquota de 34%, conforme abaixo demonstrado.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Ganho na antecipação das parcelas	154.957	-
Perda estimada em créditos de liquidação duvidosa	(14.205)	(11.636)
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis (*)	(1.478)	(2.536)
Provisão para manutenção técnica	(18.906)	(14.601)
Provisão para participação nos lucros	(4.373)	(2.279)
Outros	9.300	13.719
Total das provisões temporárias	<u>125.295</u>	<u>(17.333)</u>
Alíquota combinada dos impostos	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>42.600</u>	<u>(5.893)</u>

(*) Valor não inclui o montante R\$3.441 relativo à provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, vide nota 17.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Reconciliação da despesa de imposto de renda e da contribuição social

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado apresentam a seguinte reconciliação em seus valores à alíquota nominal:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	222.451	10.779
Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social à alíquota de 34%	(75.633)	(3.665)
Adições permanentes		
Despesas indedutíveis	-	(10)
Ajuste a valor presente outorga	(6.713)	(8.886)
Outras adições permanentes	-	(1.940)
Exclusões permanentes		
Efeitos de ajuste a valor presente – outorga da concessão	3.462	4.375
Outras exclusões permanentes	564	-
Incentivo fiscal	11.851	2.322
Efeito de IRPJ e CSLL no resultado	<u>(66.469)</u>	<u>(7.804)</u>
IRPJ e CSLL diferidos	(48.493)	853
IRPJ e CSLL correntes	(29.827)	(10.979)
Incentivo fiscal	11.851	2.322
Total da receita (despesa) com IRPJ e CSLL	<u>(66.469)</u>	<u>(7.804)</u>

Durante o exercício de 2022, foram pagos antecipadamente com base em balancetes de redução e suspensão o montante de R\$ 1.042 de IRPJ e CSLL.

(iii) Incentivo fiscal

A Companhia é beneficiária do regime de redução de 75% do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, com início em 01 de janeiro de 2019 e término em 31 de dezembro de 2028, conforme Laudo Constitutivo nº 0289/2019, da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), constante do Processo Administrativo Fiscal no 10580.720550/2019-37. O referido benefício está limitado exclusivamente à atividade de exploração do aeródromo. A Companhia reconheceu em 2022 montante de R\$ 11.851 (R\$ 2.322 em 2021) referente à subvenção em conta de resultado.

24. COBERTURA DE SEGURO

Modalidade	Vigência até	Cobertura
Responsabilidade civil aeronáutica	dezembro/2023	USD 750.000
Responsabilidade civil aeronáutica excesso AVN 52g	dezembro/2023	USD 500.000
Riscos operacionais (property)	dezembro/2023	2.135.937
Risco diversos (terrorismo)	dezembro/2023	340.000
Performance bond	janeiro/2027	156.083
Responsabilidade civil ambiental	março/2024	38.000
Responsabilidade civil geral	março/2024	10.000
Seguro frota	janeiro/2024	1.500

Seguro de responsabilidade civil aeronáutica (STARR)

Seguro tem por objetivo garantir indenização e/ou reembolso de despesas incorridas até o limite contratado, em decorrência da realização dos riscos cobertos, conforme estabelecido nas condições gerais, especiais e particulares, em decorrência do exercício das suas funções como Operador Aeroportuário (Administração dos Aeroportos). Com vigência até 31 de dezembro de 2023 com um limite de indenizações em caso de sinistro de U\$ 750.000.

Excesso de Guerra (AVN 52G- STARR)

A Companhia contratou cobertura adicional ao Seguro de Responsabilidade Civil Aeronáutica, com limite combinado de indenização no valor de USD 500.000. A cobertura abarca as quantias devidas e/ou reembolsar as despendidas, pelo Segurado, na reparação de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, e/ou nas ações emergenciais empreendidas para tentar evitá-los e/ou minorá-los, decorrente da Responsabilidade Civil Aeronáutica Riscos de Guerra, Sequestro e outros Riscos Correlatos, Responsabilidades Aeronáuticas – AVN 52G, em excesso à apólice primária, no exercício de funções decorrentes ou em conexão com suas operações de aviação, como proprietário e operador do respectivo Aeroporto do Segurado. O seguro possui vigência até 31 de dezembro de 2023.

Seguro riscos operacionais (property) (AIG Seguros)

A Companhia contratou a cobertura de seguro no valor de R\$ 2.135.937 para cobertura e proteção patrimonial de bem público em concessão representado pelo Aeroporto de Salvador, que compreende todos os itens relacionados nas categorias de prédios e edificações, MMU (Máquinas, Móveis e Utensílios) e lucros cessantes, a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 31 de dezembro de 2023 e cobertura variável de acordo com os eventos ocorridos.

Seguro de riscos diversos (terrorismo) (CHUBB)

Seguro com vigência até 31 de dezembro de 2023 com cobertura de seguro no valor de R\$ 340.000 para cobertura e proteção patrimonial de bem público em concessão representado pelo Aeroporto de Salvador, que compreende todos os itens relacionados nas categorias de prédios e edificações, MMU (Máquinas, Móveis e Utensílios) e lucros cessantes, a título de reparação de danos causados por atos de terrorismo e vandalismo, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, e cobertura variável de acordo com os eventos ocorridos.

Seguro performance bond (Pottencial)

Este seguro abrange as obrigações no contrato de concessão com cobertura de R\$ 156.083. O seguro tem a finalidade de garantir à ANAC as obrigações contratuais da concessão, com vigência até 28 de janeiro de 2027.

Seguro de responsabilidade civil ambiental (AXA)

A Companhia, contratou a cobertura de seguro no valor de R\$38.000 com vigência até 20 de março de 2024 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros.

Seguro Responsabilidade Civil Geral (Tokio Marine)

Fica entendido e acordado que o presente seguro indenizará as quantias mensuráveis pelas quais o segurado seja civilmente responsável a pagar, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo expressamente autorizado pela seguradora à responsabilização civil do Segurado por danos corporais e/ou materiais, causados às empresas prestadoras de serviços de manutenção, limpeza e pequenas obras ou quaisquer terceiros, que, assim como o segurado prestem serviços em um mesmo local. O seguro possui vigência até 07 de março de 2024.

Seguro Frota (Tokio Marine)

A Companhia contratou Seguro Frota com Limite Máximo de Cobertura equivalente a 1,5 milhão de reais, que garante ao Segurado, quando caracterizada a indenização integral do veículo sinistrado, o pagamento de quantia variável, por Danos Causados à terceiros pelos veículos que integram a frota da Concessionária. O seguro possui vigência até 01 janeiro de 2024.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

a) Considerações gerais

No curso normal de suas operações, a Companhia está exposta a riscos de mercado - taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho de Administração e a Diretoria Executiva determinam as estratégias a serem adotadas a cada circunstância e riscos inerentes.

b) Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, que elaboraram um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Maturidade dos pagamentos				Total
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Maior que 5 anos	
Fornecedores e outras contas a pagar	18.760	-	-	-	18.760
Provisões para manutenção técnica	2.470	11.583	3.748	1.105	18.906
Outorga da concessão a pagar	-	-	2.934	-	2.934
Financiamento	29.395	35.997	43.828	372.041	481.261
Total	<u>50.625</u>	<u>47.580</u>	<u>50.510</u>	<u>373.146</u>	<u>521.861</u>

c) Gestão do risco de capital

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Financiamentos	12	473.397	494.960
Outorga da concessão a pagar	16	2.934	227.303
Menos: Caixa e equivalente de caixa	5	(39.077)	(69.173)
Menos: Fundo restrito	12(v)	(24.421)	(22.251)
Dívida líquida		<u>412.833</u>	<u>630.839</u>
Total do patrimônio líquido		<u>1.309.482</u>	<u>1.154.863</u>
Índice de alavancagem financeira (%)		<u>32%</u>	<u>55%</u>

A Companhia administra seu capital para assegurar a continuidade de suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

d) Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado.

Taxas de juros e inflação

A Companhia está exposta a riscos de oscilações do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA o qual é base para correção do passivo da outorga da concessão.

Risco de taxas de câmbio

A Companhia tem a possibilidade de incorrer em perdas devido oscilações nas taxas de câmbio, que podem aumentar suas despesas financeiras relativas às operações com fornecedores, assim como uma redução em suas receitas financeiras nas operações derivadas pelo terminal de cargas e aeronaves.

A volatilidade das oscilações de câmbio é monitorada continuamente pela Companhia.

Análise de sensibilidade

i. Ativos financeiros

Foram calculados 2 cenários negativos de 25% e 50%, a fim de avaliar o impacto na receita financeira da Companhia para sensibilizar o indexador no qual havia exposição na data de encerramento dessas demonstrações financeiras.

Operação	Risco	Saldo em 31/12/2022	Cenário Provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Caixa e equivalentes de caixa	CDI*	39.077	12,39% 4.842	9,29% 3.631	6,20% 2.421

ii. Passivos financeiros

Foram calculados 2 cenários positivos de 25% e 50%, a fim de avaliar o impacto na despesa financeira da Concessionária para sensibilizar o indexador no qual a Concessionária estava exposta na data de encerramento dessas demonstrações financeiras.

Operação	Risco	Saldo em 31/12/2022	Cenário Provável	Cenário 25%	Cenário 50%
Financiamento	IPCA*	473.397	5,79% 27.410	7,24% 34.262	8,69% 41.115

* As taxas de CDI e IPCA utilizadas na tabela de sensibilidade como cenário provável foram obtidas no Banco Central do Brasil e IBGE, respectivamente.

e) Risco regulatório

Para riscos regulatórios a Companhia possui uma equipe de especialistas para acompanhar e endereçar esses riscos além de seguros contratados para cobertura, minimizando tais riscos.

f) Valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros referentes aos ativos e passivos da Companhia equivalem, em 31 de dezembro de 2022 aproximadamente, aos seus valores de mercado e estão devidamente apresentados. Os efeitos de ganhos e perdas são reconhecidos no resultado à medida que são auferidos e incorridos.

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos.

g) Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos apresentados abaixo são mensurados pelo custo amortizado e não há variações significativas quando comparados com seu valor justo.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO DE SALVADOR S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Caixa e equivalentes de caixa	39.077	69.173
Contas a receber	27.030	30.898
Adiantamentos diversos	4.150	5.959
Total dos ativos circulantes	<u>70.257</u>	<u>106.030</u>
<u>Passivos financeiros</u>		
Fornecedores e contas a pagar	18.760	15.916
Adiantamento de clientes	4.892	11.461
Financiamento	473.397	494.960
Outras contas a pagar	13.304	12.415
Total dos passivos circulantes	<u>510.353</u>	<u>534.752</u>

26. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO BÁSICO E DILUIDO

O lucro líquido básico por lote de ações é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Concessionária	155.982	2.975
Quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação (milhares)	1.146.605	1.146.605
Lucro líquido por ação básico e diluído – R\$	<u>0,1360</u>	<u>0,003</u>

27. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa; portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	<u>31/12/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Compensação do reequilíbrio com outorga	98.983	103.045

28. AUTORIZAÇÃO PARA CONCLUSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os membros da Administração da Companhia examinaram o conjunto completo das demonstrações financeiras da Companhia, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, e concluíram que as referidas demonstrações traduzem com propriedade sua posição patrimonial e financeira e as aprovaram em 25 de maio de 2023.
